



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012259-90.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Sandra Rodrigues de Almeida Finalli**
 Requerido: **D L COMÉRCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto da ré, o qual após algum tempo foi encaminhado à assistência técnica (em 24/06/2014) por ter apresentado problema de funcionamento.

Alegou ainda que o aparelho não lhe foi restituído, de sorte que almeja à rescisão do contrato, com a devolução do valor pago, além do ressarcimento pelos danos morais que teria suportado.

As matérias suscitadas pela ré em preliminar não merecem acolhimento.

Isso porque de início o rito imprimido ao feito, na esteira do despacho de fl. 16, não importou violação ao devido processo legal.

As razões que levaram a tanto foram lá expostas, valendo reafirmar que em situações como a trazida à colação raramente há propostas de acordo por parte das empresas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Bem por isso, a designação de audiência inicial somente teria o condão de retardar a solução do litígio, o que à evidência afronta os princípios informadores do Juizado Especial Cível, sobretudo os da informalidade, da economia processual e da celeridade.

Como se não bastasse, a declaração da nulidade propugnada não se justificaria à luz do art. 13, § 1º, da Lei nº 9.099/95, revelando a oferta de substancial peça de resistência disposta em vinte laudas que a ré não teve prejuízo algum com o procedimento adotado.

Já a autora ostenta legitimidade para figurar no polo ativo da relação processual, na esteira dos documentos de fls. 02/03.

Aliás, a evidência maior de que a ré reconheceu ter firmado relação jurídica com a autora consiste na tentativa de devolução a ela do produto aqui versado.

Por fim, não se cogita da decadência contemplada no art. 26, inc. II, do CDC porque o fundamento da ação não pertine ao vício do produto e sim no fato deste não ter sido devolvido pela assistência técnica em trinta dias.

O aprofundamento em torno do funcionamento do aparelho, portanto, não teria relevância porque nada acrescentaria à definição da lide.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, contudo, não assiste razão à autora.

Extraí-se dos autos que ela encaminhou o produto à assistência técnica em 24/06/2014, mas o documento acostado a fls. 27/28 denota que ele foi devolvido à autora no dia 03 de julho seguinte.

Ademais, foram feitas tentativas de entrega do aparelho na residência da autora em 16, 17 e 18 de julho, sem sucesso porque o carteiro não foi atendido.

A alegação de que isso não corresponderia à verdade não vinga, pouco importando a ausência de aviso da existência de pertence a ser retirado.

Aquelas informações foram prestadas pelos Correios e nenhum dado concreto permite supor que estivessem dissociadas da realidade.

Em consequência, é de rigor reconhecer que a ré não descumpriu o trintídio previsto no art. 18, § 1º, do CDC para o conserto do bem, de sorte que não se vislumbra ilicitude de sua parte a viabilizar à autora a busca pelas alternativas desse preceito legal ou a configuração de danos morais passíveis de ressarcimento.

Deverá a autora diligenciar em ação própria a condenação da ré à entrega do aparelho, mas por ora não se pode cogitar da desídia da mesma ou das reparações postuladas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**